

Dívida de US\$ 54 bi dos estados é o grande obstáculo para FH

BRASÍLIA — A dívida total dos estados já chega a US\$ 54 bilhões — o equivalente a 27 vezes o que o Governo pretende cortar no Orçamento da União e a 90 meses de arrecadação do IPMF — o imposto sobre cheques em discussão no Congresso. Os governadores dos quatro estados que são os maiores devedores — Luís Antônio Fleury, de São Paulo; Leonel Brizola, do Rio; Hélio Garcia, de Minas Gerais; e Alceu Collares, do Rio Grande do Sul — foram eleitos pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, como os maiores obstáculos ao esforço do Governo por equilibrar as contas públicas, que depende de maneira fundamental do saneamento das contas dos estados e dos bancos estaduais.

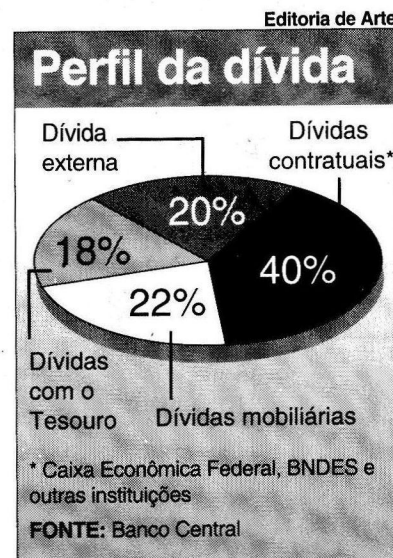
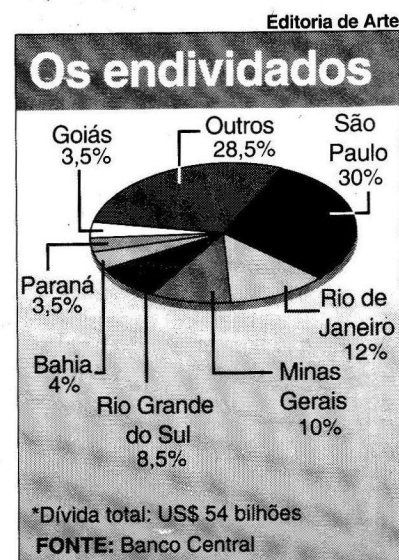
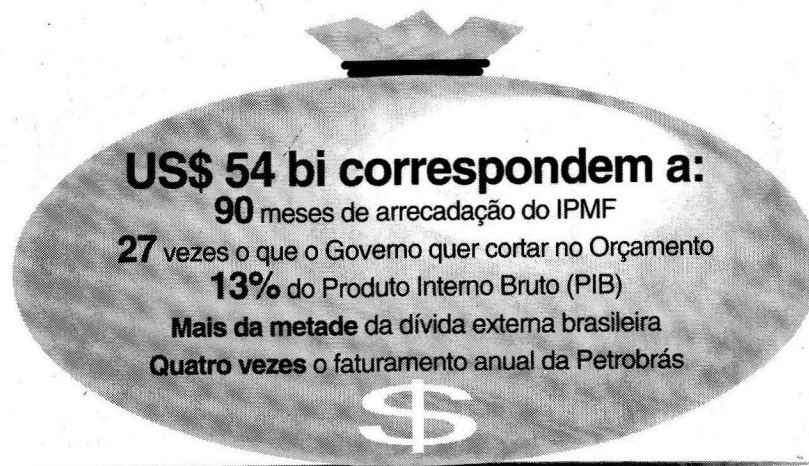
Fernando Henrique deu autonomia a seu secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, para formular medidas de austeridade em relação aos governos e bancos estaduais. A renegociação das dívidas dos estados mostrou à equipe, porém, que será necessária uma dura batalha política para vencer a resistência dos governadores.

— O ministro sabe que levará pedrada, mas não vê outra saída — comenta um dos assessores de Fernando Henrique.

Os US\$ 54 bilhões são o total do débito com a Caixa Econômica, bancos federais, União e dívida externa e em títulos públicos. Só a dívida com as instituições financeiras federais, de US\$ 19,5 bilhões, equivale à arrecadação do IPMF em 32 meses.

Para enfrentar as pressões dos governadores, o ministro determinou um levantamento completo da situação financeira do setor público, inclusive dívidas nunca divulgadas, como débitos trabalhistas dos ministérios e das estatais. Ele quer mostrar a necessidade de cobrar dos estados, porque não há dinheiro nem para despesas essenciais como os salários do funcionalismo.

Um dos maiores pontos de divergência é a parcela da arrecadação de impostos que os estados devem comprometer com o



pagamento da dívida. A equipe econômica, disposta a renegociar a dívida por mais 20 anos, quer que os estados usem 11% da receita. Por essa proposta, ao fim do período de renegociação haveria US\$ 6 bilhões a pagar, que seriam novamente renegociados. Os governadores só admitem gastar 7%, o que deixaria US\$ 42 bilhões ao fim dos 20 anos. A diferença, de US\$ 36 bilhões, equivale a US\$ 1,8 bilhões por ano. Os governadores alegam que também têm dívidas a receber e não podem sacrificar investimentos para pagar uma dívida acumulada por governos anteriores.

— Queremos manter um míni-

mo de 4% a 5% da receita em investimentos — diz Carrion Jr., secretário de Planejamento do Rio Grande do Sul.

Sem ter como fazer imposições, o Governo já vem recuando em pontos antes considerados inegociáveis. Para evitar o déficit dos estados neste ano, os técnicos calculam que o Governo só poderia renegociar dívidas vencidas até 1 de janeiro, cobrando regularmente os débitos a partir daí. Mas o secretário do Tesouro, Murilo Portugal, já admite negociar a rolagem das dívidas vencidas até maio:

— E se os estados alegarem que não têm dinheiro para pagar? Só impede o acordo.